

# **O enquadramento (ou o preconceito) da descrença: Uma análise das seções de Opinião de *O Globo* e da *Folha de S. Paulo* durante a campanha eleitoral de 2010<sup>1</sup>**

Arthur Ituassu<sup>2</sup>

*Resumo:* O trabalho analisa temas e enquadramentos presentes em artigos, colunas e editoriais publicados nas seções de Opinião dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* durante o período oficial de campanha relativo ao primeiro turno das eleições 2010. Trata-se de um estudo pontual que se insere numa análise mais ampla sobre os significados e os sentidos que a política adquire no contexto brasileiro contemporâneo. No campo delimitado desta pesquisa e com base na teoria do enquadramento, foi possível perceber uma forte presença dos temas econômicos, bem como uma ampla incidência de uma perspectiva de descrença na política ou ao menos em o que é a política hoje no país.

*Palavras-Chave:* Comunicação. Política. Representação.

---

## **1. Introdução**

*Was ist Politik?* O que é a política? Na indagação feita por Hannah Arendt e colocada em forma de textos postumamente publicados em obra homônima, a autora pergunta: "Tem a política ainda algum sentido?" (ARENDDT, 2009, p. 38)

Como afirma Kurt Sontheimer, no prefácio à obra referida, o esforço da filósofa foi o de refletir sobre "a natureza da coisa política para nosso tempo" (p. 7). Para tanto, Hannah Arendt percebeu ser necessário percorrer o deserto dos preconceitos. "Ao se falar de política, em nosso tempo, é preciso começar pelos preconceitos que todos nós temos contra a política". (p. 28)

Pois, os preconceitos que compartilhamos uns com os outros, naturais para nós, que podemos lançar-nos mutuamente em conversa sem termos primeiro que explicá-los em detalhes, representam em si algo político no sentido mais amplo da palavra – ou seja, algo a se constituir num componente integral da questão humana, em cuja órbita nos movemos a cada dia. (ARENDDT, 2009, p. 28-9).

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho "Comunicação e Política" do XX Encontro da Compós, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, de 14 a 17 de junho de 2011.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, <ituassu@puc-rio.br>.

O preconceito, segundo Hannah Arendt, livra o homem da necessidade de se expor a cada realidade e daí ter de "defrontá-la pensando". Nesse contexto, as ideologias e visões de mundo cumprem sua tarefa, "protegem contra toda experiência, pois supostamente todo o real está nelas previsto de alguma maneira". (ARENDR, 2009, p. 32) Para a filósofa, essa antecipação do preconceito em relação ao juízo gera consequências trágicas à política, "onde não conseguimos mover-nos sem juízos porque (...) o pensamento político baseia-se, em essência, na capacidade de formação de opinião". (p. 30)

As indagações levantadas são de grande valia para um trabalho que pretende refletir sobre uma determinada comunicação política com o intuito de percebê-la como uma parte significativa do fenômeno que ao mesmo tempo representa e constrói concepções específicas de como a política é vista, tratada e entendida no contexto brasileiro atual, ou o que é em si mesma. Contribuem aqui a noção dos "preconceitos" envolvidos com a questão e a relação destes com a possibilidade do juízo, ainda mais em uma sociedade marcada, pelo menos até então, por grandes sistemas de comunicação de massa, fortes disseminadores de ideias, inclusive "preconceitos". Além disso, são de suma importância os produtos críticos da filosofia política arendtiana, como o que afirma que, nas democracias de massa, "sem nenhum terror e de modo quase espontâneo", toma vulto "uma impotência do homem", coetânea ao "processo similar de consumir e esquecer". (p. 27)

Este trabalho sozinho, claro, não tem a pretensão de atacar uma pergunta do tipo: o que é a política no Brasil hoje? No entanto, parte do pressuposto de que estudos específicos da comunicação política midiaticizada, seja na mídia tradicional ou nova, podem trazer à tona pistas importantes sobre indagações desse tipo desenvolvidas a partir de uma perspectiva social. Afinal, tais "comunicações" são elementos do "conflito simbólico" que constitui os processos de significação social da realidade política, ou ela mesma. Temas políticos podem ser percebidos como uma "disputa simbólica" sobre qual interpretação prevalecerá. (GAMSON & MODIGLIANI, 1989, p. 2)

Nesse sentido, parte-se de uma percepção da comunicação como "instância de produção de sentido instalada num contexto relacional". (FRANÇA, 2004, p.13) O *locus* onde representações são produzidas, trocadas e atualizadas no "bojo das relações sociais". Um processo no qual os atores produzem, se apropriam e atualizam permanentemente "os sentidos que moldam seu mundo e, em última instância, o próprio mundo". (p. 23) Essas representações – signos, símbolos, imagens, ideias, formas ou conteúdos de pensamento – "espelham

diferenças e movimentos da sociedade" mas também "dinamizam e condicionam determinadas práticas sociais", como a política. (p. 19) Representação e construção.

Ao mesmo tempo, esta análise coloca-se como uma "sociologia interpretativa" que, como escreveram Jankowski e Wester (in JENSEN & JANKOWSKI, 1991, p. 52), se constitui da análise e da interpretação do sentido e do significado que as pessoas dão a suas ações". Ou seja, apresenta-se como um estudo que leva em consideração o fato de que a cultura é o pilar principal dos processos que constituem o conhecimento, os significados e a compreensão do mundo (HALL, 1997 apud. VAN GORP, 2007, p. 61).

Além disso, reafirma a necessidade das Ciências Sociais de ter por base uma epistemologia própria a fim de desvelar as lógicas por trás dos objetos transitivos (SMITH, BOOTH & ZALEWSKI, 1996) e se sustenta nos preceitos da perspectiva construtivista de que a estrutura das ações humanas é formada de "ideias compartilhadas" e que identidades e interesses não nascem senão dessas "ideias compartilhadas" (WENDT, 1999). Como afirmam Jensen e Jankowski (1991, p. 14): "Tanto a tradição humanista quanto a social-científica, calcadas na pesquisa qualitativa, enfatizam o fato de que as categorias conceituais presentes na linguagem cotidiana orientam as ações e interações sociais, o que representa, em última instância, a construção social da realidade".

Não à toa, James Carey ([1989]2009) insiste em uma noção de "comunicação como cultura". Afinal, como escreveram Thwaites, Davis e Mules (2002), a cultura "é o sentido e o significado do social" (p. 1-2) e "o objeto de um estudo cultural é a produção social do sentido e do significado" (p. 39). Nesse contexto, como não poderia deixar de ser, a comunicação midiaticizada ganha extrema importância, vista, por exemplo, como um "espaço privilegiado de difusão de representações do mundo social e que, por isso mesmo, se estabelece como momento de uma representação especificamente política". (MIGUEL & BIROLI, 2008, p. 1-2). A mídia produz e circula significados na sociedade. (JENSEN, in JENSEN & JANKOWSKI, 1991, p.18) Milhões de cidadãos se voltam diariamente para a mídia, que é uma das instituições-chave de nossas democracias (VREESE, 2005, p. 51). Ou, como sugere David Kellner (2002, p. 1), constitui uma cultura própria, a "cultura da mídia", formada de representações que atuam na construção do dia-a-dia, dominando o lazer, moldando visões políticas e comportamentos sociais, provendo às pessoas o material sobre o qual as mesmas podem formar suas próprias identidades. Ao fim, trata-se de uma parte fundamental do pro-

cesso pelo qual indivíduos constroem os significados da realidade ao redor, ou ela mesma. (SCHEUFELE, 1999, p. 105)

Sendo assim, este trabalho apresenta aqui uma análise qualitativa e interpretativa das seções de Opinião de *O Globo* e da *Folha de São Paulo* durante o período oficial de campanha eleitoral até o primeiro turno das últimas eleições no país, ou seja, entre 6 de julho e 30 de setembro de 2010, com o objetivo de perceber, no objeto definido, percepções, visões, preconceitos, definições e significados que a política ganha neste espaço midiático em um contexto social de debate efervescente. Para tanto, três seções se sucederão a esta introdutória. Na primeira, será melhor definido e debatido o objeto de estudo especificado e os objetivos em questão (*what and why?*) e, em seguida, a teoria e a metodologia que sustentaram tal análise (*how?*).<sup>3</sup> Na segunda, serão apresentados os resultados da pesquisa e, finalmente, na terceira, algumas conclusões.

Desde já, pode-se adiantar que o estudo sugere uma forte presença das questões econômicas no debate político analisado, muitas vezes com um viés apolítico que apresenta, coloca ou pretende colocar a esfera econômica como um lugar à parte da política, separado e fora do alcance da política.

Da mesma forma, chama bastante atenção uma ampla e significativa noção de descrença na política, vista como um lugar sujo, corrupto, ineficiente, irracional, irresponsável, falso, entre outras qualidades semelhantes.

## 2. O que, por que e como

Como já foi dito, o objeto de estudo deste trabalho consiste de artigos, editoriais e colunas publicados nas seções de Opinião de *O Globo* e da *Folha de São Paulo* durante o período oficial de campanha eleitoral até o primeiro turno das últimas eleições no país, ou seja, entre 6 de julho e 30 de setembro de 2010. A escolha dos veículos se deu, em primeiro lugar, pela influência devida ao alto grau de circulação de ambos. Segundo dados divulgados em 2010 pelo Instituto Verificador de Circulação, a *Folha de São Paulo* é o maior jornal do país, com circulação média diária de mais de 300 mil exemplares. O *Globo* ocupa a terceira posição, com circulação de pouco mais de 250 mil exemplares.

---

<sup>3</sup> "It is crucial that researchers assess the relevance of different methodologies with reference to the purposes and objects of analysis, asking *what* and *why* before asking *how*". (JENSEN, in JENSEN e JANKOWSKI, 1991, p. 6)

Além disso, *O Globo* e a *Folha* são veículos tradicionais que, junto com o *Estado de São Paulo*, formam o núcleo central da imprensa brasileira influente. Os três veículos são dignos representantes do debate político de alcance nacional e trabalham com formatos extensos, que possibilitam textos teoricamente mais aprofundados que outras mídias de periodicidade semelhante. Ainda sobre a escolha, a ideia de se buscar um objeto de análise na imprensa diária parte do princípio de que o debate do dia a dia, e não semanal ou mensal, é mais apropriado ao objetivo de se buscar uma linguagem cotidiana sobre a política. Da mesma forma, a opção pelo texto impresso e de Opinião parte do princípio de que muitas vezes é o jornal escrito uma das principais referências do debate político até mesmo para produtores de notícias baseados na mesma mídia ou em outras, como a televisão, o rádio e a internet.

Ao mesmo tempo, há uma relativa pluralidade inerente às seções de Opinião. Apesar do controle relativo sobre temas e abordagens, representado na figura do editor de Opinião e do Conselho Editorial, a seção comporta, como bem classificou José Marques Melo (1985, p. 78-9), "quatro núcleos de gêneros opinativos": a empresa, com os editoriais; o jornalista, com colunas e comentários; o colaborador, com artigos e colunas; e o leitor, com as cartas. Para não mencionar ilustradores e artistas, com as charges e caricaturas.

O artigo, por exemplo, segundo Melo, "é o gênero que democratiza a opinião no jornalismo, tornado-a não um privilégio da instituição jornalística e dos seus profissionais, mas possibilitando o seu acesso às lideranças emergentes" (MELO, 1985, p. 96). Não há dúvida de que há um sentido forte de representação na seção de Opinião, em relação às outras seções do jornal impresso, e isso é fundamental para uma análise que tem por objetivo perceber quais os sentidos e significados que a política ganha no debate político de um dado contexto histórico-temporal.

A interpretação de Azevedo e Chaia (in MIGUEL & BIROLI, 2010, p. 112) reforça o argumento: "Os artigos e as colunas assinadas debatem os temas mais candentes do momento e o editorial define a posição do jornal diante das questões públicas". Além disso, escreveram, "as páginas opinativas constituem fontes importantes para se apreender e analisar o interesse temático e as formas de enquadramento adotadas pelos jornais em suas abordagens sobre o funcionamento das instituições públicas".

A afirmação dos autores toca em dois temas caros para este trabalho: "interesse temático" e "formas de enquadramento". O primeiro ponto baliza o recorte feito dentro do objeto geral analisado. No espectro mais amplo das seções de Opinião, foram selecionados artigos,

colunas e editoriais que tratam de modo mais ou menos explícito de temas nacionais e que de alguma forma fazem referência à política em si, e não a um governo específico, determinado evento ou a este ou àquele político. Ou seja, em um contexto eleitoral, buscou-se textos minimamente temáticos e evitou-se aqueles caracterizados pela prática do *spin doctor* ou pela perspectiva de "corrida de cavalos" típica do ambiente analisado.

Dessa forma, 20 conjuntos temáticos foram construídos: 1) a "República", onde estão os textos que fazem referência ao "público", às contas públicas, aos arquivos públicos, por exemplo; 2) "campanha eleitoral", aqueles discursos relativos à campanha corrente, mas não sobre este ou aquele político e/ou candidato; 3) "ciência e tecnologia", incluindo pesquisa científica e o tema das patentes, por exemplo; 4) "corrupção", conjunto muito marcado pela discussão em torno da lei da Ficha Limpa; 5) "drogas", com debates sobre legalização e violência; 6) "economia", onde se encontram textos sobre política monetária, exportações, política cambial, a atuação do BNDES, o crescimento da economia, distribuição da renda, independência do Banco Central etc.; 7) "educação e cultura", com subtemas como a educação superior, o acesso à educação, a política cultural etc.; 8) "esporte", discutindo políticas de incentivo à prática esportiva; 9) "infância e juventude", marcado pela discussão em torno do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei da Palmada; 10) "infraestrutura", muito ligado aos contextos da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Brasil, debate a situação dos aeroportos e dos transportes em geral; 11) "Justiça", com temas como anistia e os arquivos da ditadura, o novo Código Civil, a nova legislação autoral, o funcionamento da Justiça, o casamento gay, o reajuste salarial dos ministros do Supremo Tribunal Federal etc.; 12) "liberdade de imprensa", reforçado pelo interesse próprio da mídia e relacionado ao panorama geral na América do Sul e as últimas propostas de "controle social"; 13) "meio ambiente", com discussão ampla sobre o novo Código Florestal e a Política Nacional de Resíduos Sólidos; 14) "minorias e cotas", com debates sobre as cotas raciais e para deficientes; 15) "o Estado"; marcado por subtemas como a burocracia, os direitos e os deveres do Estado, a relação entre os Poderes e o federalismo; 16) "política", sobre o mundo profissional da política, a direita e a esquerda, o conflito político, a reforma política, a obrigatoriedade do voto, o lobby, a publicidade política, as alianças; 17) "previdência", conjunto temático muito marcado pela ideia de reforma; 18) "saúde e saneamento", com subtemas como o acesso à saúde, a obesidade, o tabagismo, o ressarcimento ao SUS etc.; 19) "segurança", incluindo Forças Armadas, violên-

cia, conflito no campo e fiscalização de fronteiras; e 20) "tributação", marcado também por um forte viés de reforma.

A partir da seleção dos textos com base nos temas que seriam representativos do debate político nacional, o passo seguinte foi perceber a forma como esses temas foram tratados, as linhas de interpretação preponderantes. Nesse sentido, a teoria do enquadramento foi de grande valia ao trabalho, tanto no sentido de propiciar a identificação de determinados enquadramentos culturais sobre a política (representação), quanto na ordem dos efeitos da mídia sobre o mundo social (construção).

Ora, uma perspectiva construtivista leva em consideração que o público desenvolve suas visões da realidade em um processo que envolve experiências pessoais, interações e a seleção de interpretações originadas na mídia. (NEUMAN apud. SCHEUFELE, 1999, p. 105). Nesse sentido, enquadramentos influenciam no processo chamando a atenção para determinados ângulos, fatos ou considerações, garantindo-lhes uma relevância específica. (NELSON et al. apud. SCHEUFELLE, 1999, p. 116).

De fato, enquadrar pode ser visto como o processo pelo qual atores definem e dão sentido aos temas e os conectam com o ambiente político mais amplo (CALLAGHAN & SCHNELL, 2001, p. 185.) Segundo Van Gorp (2007), é possível definir o processo de enquadrar um tema como uma maneira típica pela qual diferentes atores moldam seus discursos políticos a partir de uma referência familiar e de acordo com uma estrutura mais ampla e latente de significados. Assim, enquadramentos, como parte da cultura, estão imbuídos tanto no discurso político quanto midiático. (p. 61) A difusão de enquadramentos limita o número de alternativas interpretativas disponíveis aos receptores no processo de construção social da realidade e ganham relevância ao contribuir para a interpretação e avaliação interpretativa do mundo social. Na definição já clássica de Entman (1993, p. 52), enquadrar significa selecionar certos aspectos da realidade e torná-los mais visíveis em um texto comunicativo, de modo a promover uma definição particular da questão, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou recomendar um tratamento específico. Dessa forma, segundo o autor, é possível pensar a cultura como uma série de enquadramentos comuns e empiricamente demonstráveis exibidos no discurso e no pensamento da maior parte dos agentes de um grupo social.

Nesse sentido, Van Gorp (2007, p.64) sugere a identificação de três elementos que constituem o pacote de enquadramento (*frame package*): 1) os recursos de enquadramento (*framing devices*), que se mostram na escolha das palavras, nas metáforas, nos exemplos uti-

lizados, nas descrições etc.; 2) os recursos de argumentação (*reasoning devices*), ou seja, argumentos que de forma explícita ou implícita apresentam justificativas, causas e consequências; e 3) a ideia central, para onde convergem ambos os recursos, "um fenômeno cultural que apresenta o pacote como um todo".

Tendo em mãos a teoria e a metodologia apresentada, o processo foi desenvolvido a partir de uma perspectiva indutiva (VREESE, 2005, p.53) e sobre a qual foram percebidos oito tipos diferentes de enquadramentos. São eles: 1) autonomista ou liberal, 2) crítico, 3) econômico, 4) legal, 5) político, 6) pragmático, 7) protecionista e 8) reformista.

O primeiro, chamado de "autonomista ou liberal", desconfia da solução legal para os problemas, reconhece e afirma as limitações da lei bem como da tutela do Estado. Em um artigo publicado na *Folha*, por exemplo, Rafael Cláudio Simões, da organização Transparência Capixaba, afirma que os defensores de "novas e duras leis" para a regulamentação do lobby são "sustentados por uma lógica que procura substituir a inércia das instituições e da fraca cidadania por uma sempre mais específica norma", e conclui: "Sempre que confrontados com algum problema, vamos propondo, de imediato, mais e mais diplomas legais".<sup>4</sup>

Outro exemplo está em uma coluna de Carlos Alberto Sardenberg, publicada em *O Globo*, sobre o acesso ao crédito e a inadimplência. Nela, o jornalista afirma: "Ora, de onde tiraram que um juiz, o governo, o Procon ou as ONGs sabem melhor o que o cidadão precisa ou não? Dizem que as pessoas só devem tomar crédito para comprar algo necessário. Ora, como esses autodesignados tutores sabem o que é necessário para esta ou aquela família?".<sup>5</sup>

O enquadramento "crítico", como o próprio termo diz, apresenta uma visão crítica sobre a política em relação ao tema desenvolvido. Como será detalhado mais adiante, o pacote apresenta um espectro de dois pólos bastante claros: um que mantém, apesar da postura crítica, uma relativa crença na política como espaço de aprimoramento do tema; outro que demonstra uma notória descrença na política – ao menos no que diz respeito a como ela é.

Quando, por exemplo, Jorge Maranhão, diretor da organização A Voz do Cidadão, afirma em sua coluna no jornal *O Globo* que "o debate público nunca esteve tão pobre no Brasil"<sup>6</sup> mostra, certamente, um forte viés crítico de descrença com a política, ou ao menos em como ela é hoje no país. Da mesma forma, por exemplo, é o caso de quando a *Folha* diz, em

---

<sup>4</sup> SIMÕES, R.C. "Combater a corrupção exige mais que leis", *Folha de S. Paulo*, 18 set 2010, p. A3.

<sup>5</sup> SARDENBERG, C.A. "A gente somos inútil", *O Globo*, 2 set 2010, p. 6.

<sup>6</sup> MARANHÃO, J. "Vale-tudo na política", *O Globo*, 9 ago 2010, p. 7.

editorial sobre a campanha eleitoral, que "nada é para valer (...), os programas não existem".<sup>7</sup> Ou quando Nelson Motta pergunta, em sua coluna em *O Globo*: "Mas que forças e razões misteriosas levariam um constituinte exclusivo, petista, tucano ou peemedebista, a fazer reformas corretas que a sociedade exige, contra os interesses a curto e médio prazo de seu próprio partido? Por que o seu comportamento seria mais íntegro e democrático, diferente da maioria dos atuais congressistas de todos os partidos? Eles virão de Marte?".<sup>8</sup>

A crítica ganha uma conotação muito mais restrita, por exemplo, quando os advogados Márcio Monteiro Reis e Renato Otto Kloss analisam o processo de licitação do Trem de Alta Velocidade, no conjunto temático "infraestrutura": "Não é de hoje que se anuncia a deficiência em infraestrutura", se limitam a escrever. "Infelizmente, o que temos visto é que a maioria desses projetos tem tardado a sair do papel".<sup>9</sup>

De modo semelhante, Carlos Heitor Cony critica a campanha eleitoral em uma coluna na *Folha*: "Grande parte da turma [de candidatos] é despreparada, afirmou Cony. "Sobram candidatos que não deixam sequer o nome na memória dos eleitores", completou, não antes sem fazer a ressalva, com base na frase clássica atribuída a Winston Churchill: "[M]as democracia é assim mesmo: a pior forma de governo, com exceção das outras".<sup>10</sup>

Sobre o enquadramento "econômico", este ressalta a importância da economia e tende a tratar a área como um ente separado da política, que muitas vezes é representada como algo que atrapalha e prejudica a dinâmica econômica. Um texto de Emílio Odebrecht, por exemplo, apresenta forte viés econômico quando afirma que "é imperativo o fomento ao desenvolvimento tecnológico que nos permitirá produzir mais e melhor que os concorrentes estrangeiros", como "o eixo que deve orientar o rumo do próximo mandato presidencial".<sup>11</sup>

Vale perceber que não somente temas econômicos assumem enquadramento econômico. O viés pode ser percebido também em debates sobre educação, por exemplo, enfatizando a questão da qualificação da mão-de-obra ou do desenvolvimento tecnológico. Pode ser visto mesmo quando o assunto é infraestrutura. Em artigo publicado em *O Globo*, por exemplo, o

---

<sup>7</sup> FOLHA DE S. PAULO, "Papelada e papelão", *Folha de S. Paulo*, 7 jul 2010, p. A2.

<sup>8</sup> MOTTA, N. "Constituinte Tabajara", *O Globo*, 10 set 2010, p. 7.

<sup>9</sup> REIS, M.M. e KLOSS, R.O. "Confusão estatal", *O Globo*, 17 jul 2010, p. 7.

<sup>10</sup> CONY, Carlos Heitor. "Desfile cívico", *Folha de S. Paulo*, 14 set 2010, p. A2.

<sup>11</sup> ODEBRECHT, E. "Foco nas exportações", *Folha de S. Paulo*, 12 set 2010, p. A2.

diretor da ANTT afirmou que as ferrovias "são estratégicas" para "um sistema que permita uma logística competitiva e moderna para sustentar o crescimento econômico".<sup>12</sup>

O enquadramento "legal" demonstra uma fé inexorável na lei como forma de solução para os mais diversos problemas. De fato, a política aqui é vista e afirmada como instância subalterna à lei no tratamento das questões.

Como no caso do econômico, o enquadramento legal também não se limita aos temas da justiça. Em artigo na *Folha*, por exemplo, o especialista em educação Antonio Matias prega uma "Lei de responsabilidade educacional" para resolver o problema de financiamento ao setor. O autor ressalta "a importância de se criar uma lei que venha a impor regras claras para a aplicação do dinheiro público no ensino, fazendo valer o direito constitucional e garantindo o acesso à educação".<sup>13</sup>

Sobre o enquadramento "político", este ressalta o papel da política e a importância do debate político e das instituições. Um editorial da *Folha*, por exemplo, sobre a corrupção no país, defende que "não se resolve em poucas horas um problema que depende de aprimoramento educacional, de contínuo debate político".<sup>14</sup> Da mesma forma, Paulo Uebel, do Instituto Milênio, enaltece a política quando, em artigo sobre tributação, afirma que "é fundamental tornar a discussão sobre os impostos um tema popular no país".<sup>15</sup>

O enquadramento aqui chamado de "pragmático" rechaça as ideologias, como algo que bloqueia o avanço, e muitas vezes define a política como espaço dedicado às ideologias obstructionistas. Em artigo para a *Folha*, o médico e pesquisador João Massud Filho escreveu: "No Brasil, sofremos com a burocracia, a ideologia e o descaso para com os doentes".<sup>16</sup> Da mesma forma, em editorial, o *Globo* reclama que "a reforma dos terminais [nos aeroportos] patina numa salada ideológica".<sup>17</sup> Em artigo na *Folha*, em defesa da atuação do BNDES, o professor da USP Antonio Corrêa de Lacerda afirmou que as críticas têm "motivações ideológicas, mercadológicas e ainda, claro, o calor do ambiente eleitoral", mostrando que o "pragmatismo" serve tanto aos argumentos da direita quanto da esquerda.<sup>18</sup>

---

<sup>12</sup> FIGUEIREDO, B. "Eficiência sobre trilhos", *O Globo*, 9 ago 2010, p. 7.

<sup>13</sup> MATIAS, A. "Lei de responsabilidade educacional", *Folha de S. Paulo*, 13 jul 2010, p. A3.

<sup>14</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, "No labirinto", *Folha de S. Paulo*, 26 set 2010, p. A2.

<sup>15</sup> UEBEL, P. "Alienação tributária", *O Globo*, 2 set 2010, p. 7.

<sup>16</sup> MASSUD FILHO, J. "Inovação em medicamentos", *Folha de S. Paulo*, 17 ago 2010, p. A3.

<sup>17</sup> O GLOBO, "O risco da derrota fora do campo em 2014", *O Globo*, 14 jul 2010, p. 6.

<sup>18</sup> CORRÊA DE LACERDA, A. "Bancos públicos para o desenvolvimento", *Folha de S. Paulo*, 21 ago 2010, p. A3.

O enquadramento "protecionista" acredita no papel protetor do Estado. O Estado deve até proteger os casais do divórcio. Em artigo na *Folha*, o juiz Alexandre Magno Mendes do Valle lamenta que a chamada "PEC do divórcio" põe fim ao casamento "sem oportunizar aos casais e à família qualquer hiato de tempo para reflexão sobre os efeitos do rompimento, nos sonhos e nos projetos de vida comum".<sup>19</sup> Também na *Folha*, a ministra Márcia Lopes escreveu que "a proteção e o cuidado com as crianças e adolescentes são políticas de Estado".<sup>20</sup>

Finalmente, o enquadramento "reformista" prioriza, claro, a ênfase nas reformas. Paulo Godoy, da Associação Brasileira da Infraestrutura e da Indústria de Base, por exemplo, em artigo na *Folha*, recomenda que o Brasil realize "reformas estruturantes", aumentando "significativamente a relação custo-benefício do funcionamento das instituições do Estado brasileiro".<sup>21</sup> De forma semelhante, Bruno Musso, da Organização Nacional da Indústria do Petróleo, afirma, em artigo publicado em *O Globo*, que o país precisa de uma "reforma tributária profunda". Segundo ele, "o Brasil não pode esperar sentado por um processo que irá se arrastar no Congresso, depende de acordos políticos e de um pacto federativo".<sup>22</sup> Como se pode ver a partir de outro trabalho (ITUASSU, 2010), trata-se de um viés bastante forte no contexto político nacional e internacional de 1989 que parece perder força ao longo desses anos.

Está aí, ao ver deste trabalho, uma pequena lista de questões e enquadramentos que representam e constroem parte importante do pensamento político brasileiro contemporâneo. Qual a importância relativa de cada um desses temas e enquadramentos e de que forma as principais questões e interpretações se apresentam no discurso político analisado são os temas da próxima seção.

### 3. Números e induções

Algo em torno de 1335 artigos, editoriais e colunas foram publicados na *Folha* e no *Globo* entre 6 de julho e 30 de setembro de 2010. Dentre os mais de 1300 textos, foram selecionados 354 (26,5%), nos quais foram abordados temas nacionais com referência à política, e não, como já foi dito, a este ou àquele governo, político ou evento.<sup>23</sup>

<sup>19</sup> MENDES DO VALLE, A.M. "Instituto é independente do divórcio", *Folha de S. Paulo*, 24 jul 2010, p. A3.

<sup>20</sup> LOPES, M. "A infância não pode esperar", *Folha de S. Paulo*, 6 jul 2010, p. A3.

<sup>21</sup> GODOY, P. "Prioridades para a próxima década", *Folha de S. Paulo*, 6 jul 2010, p. A3.

<sup>22</sup> MUSSO, B. "É preciso equilíbrio", *O Globo*, 24 ago 2010, p. 7.

<sup>23</sup> As falhas na catalogação e arquivamento se restringiram a cinco editoriais, algo em torno de 75 textos, o que equivale apenas a 5,6% da amostragem total de 1335 artigos.

A distribuição dos temas ocorreu de acordo com a tabela a seguir (TAB 1). Como se pode notar, há dois grupos temáticos preponderantes, com amostragem acima dos 10%: "economia" e "política". Além disso, o debate sobre a campanha eleitoral, claro, também apresenta peso significativo.

TABELA 1  
Temas

Conjuntos temáticos	Número de textos	Percentual de amostragem
República	17	4,8%
campanha eleitoral	35	9,9%
ciência e tecnologia	4	1,1%
corrupção	14	3,9%
drogas	5	1,4%
economia	62	17,5%
educação e cultura	29	8,1%
esporte	1	0,2%
infância e juventude	14	3,9%
infraestrutura	12	3,3%
Justiça	30	8,4%
liberdade de imprensa	11	3,1%
meio ambiente	17	4,8%
minorias e cotas	6	1,7%
Estado	6	1,7%
política	44	12,4%
previdência	7	2%
saúde e saneamento	19	5,3%
segurança	12	3,3%
tributação	10	2,8%
TOTAL	354	100%

Com relação aos enquadramentos, os percentuais seguem os padrões demonstrados na tabela a seguir (TAB 2). É importante notar que a soma dos percentuais é maior que 100% dado o fato de existirem duplicações, quando o mesmo texto apresenta simultaneamente dois enquadramentos, ou mesmo, em alguns poucos casos, triplicações – três enquadramentos.

TABELA 2  
Enquadramentos

Enquadramentos	Número de textos	Percentual de amostragem
autonomista ou liberal	31	8,7%
crítico	142	40,1%
econômico	53	15%
legal	44	12,4%
político	60	17%
pragmático	35	9,9%
protecionista	15	4,2%
reformista	37	10,4%

Como se vê na TABELA 2, há uma preponderância do enquadramento "crítico" nos textos analisados, o que condiz com o papel da imprensa. No entanto, como já foi dito, vale a pena olhar de perto esta amostragem agora dividida (TAB 3) entre os pólos representativos da crença ou da descrença para com a política, no tratamento crítico das questões.

TABELA 3  
Tipos de enquadramento crítico

Tipos	Número de textos	Percentual de amostragem
crente	54	38% (15,2% do total)
descrente	88	62% (24,8% do total)

Ao se comparar os números da TABELA 3 com aqueles da TABELA 2, percebe-se que o enquadramento crítico do tipo "descrente" é o de maior incidência com aproximadamente 7 pontos a mais que o segundo mais notado, o "político". Uma perspectiva, é importante notar, que se mostrou relativamente equilibrada em termos de veículos: dos 88 textos selecionados que se utilizaram deste viés, em todas as categorias temáticas, 37 (42%) foram publicados na *Folha* e 51 (57,9%) em *O Globo*. Além disso, vale ressaltar, caso sejam somadas as amostragens dos enquadramentos "crítico" do tipo "descrente" (24,8%), "econômico" (15%), "legal" (12,4%) e "pragmático" (9,9%), o resultado englobaria aproximadamente 220 textos ou mais de 60% da amostragem. Em todos esses casos a política aparece em uma posição fragilizada e/ou, no mínimo, subalterna.

#### 4. Conclusões

A primeira conclusão que nasce deste estudo reforça a tese, pelo viés da Opinião, de que a cobertura política na mídia tem se tornado menos focada nos temas, como afirmam, por exemplo Blumer e Gurevitch (2000 apud 2001, p. 2). Apesar de não terem sido contabiliza-

dos os textos caracterizados pela prática do *spin doctor* e pela perspectiva de "corrida de cavalos", apenas 26,5% dos 1335 analisados foram considerados temáticos.

A segunda conclusão diz respeito à notória presença dos temas econômicos na agenda estudada. É importante ressaltar, o debate não prevalece em um ou outro veículo: dos textos selecionados, 26 (42%) foram publicados na *Folha* e 36 (58%), em *O Globo*. Além disso, no que diz respeito aos enquadramentos dentro desta perspectiva temática, vale notar que apenas quatro dos 62 textos analisados apresentam perfil "autonomista" – o que mostra a fraqueza do liberalismo no contexto, até mesmo no debate econômico. Em 13 textos foi percebido o enquadramento crítico, nove deles com tendência à descrença. Em 28, o enquadramento econômico foi preponderante. O "legal" apareceu em dois textos. O "político", em apenas quatro. O "pragmático", em dois. O "protecionista", também em dois, o que leva a crer que o velho protecionismo econômico brasileiro está relativamente enfraquecido. E, finalmente, o "reformista" apareceu em sete textos, mantendo uma tendência bastante forte nas eleições de 1989 (ITUASSU, 2010), mas que parece vir perdendo força aos poucos. Ao se somar as incidências dos enquadramentos "econômico", "crítico descrente", "legal" e "pragmático", ou seja 41 textos em 62, ou 66%, pode-se perceber que além de ser um tema notório da agenda, o debate no campo da economia é amplamente marcado por perspectivas apolíticas.

Com relação ao conjunto temático "política", que aparece com relativo destaque em 12,4% dos textos selecionados, vale notar que o enquadramento preponderante foi o do tipo "crítico", com 31 incidências em 45 textos, pelo menos 22 deles com tendência à descrença. Há casos notórios. Em uma de suas colunas na *Folha*, por exemplo, Marcos Nobre afirmou, em meio à campanha eleitoral: "Não há como evitar a sensação de que não está acontecendo nada na política nacional. Essa é a forma da atual neutralização da política. Não espanta que não haja debate, confronto. Simplesmente porque não há nada para debater".<sup>24</sup>

De forma semelhante, Nelson Motta, em uma de suas colunas no *Globo*, afirmou: "Como se vê no noticiário político, mentir e coçar é só começar, conversa mole tanto bate até que cola, e CPI que é ladra não morde. Aqui, o barato não sai caro, no Senado sai de graça. O segredo é a lama do negócio". Ao fim, o autor conclui: "No Brasil, tristezas não pagam dívida de campanha, quando um burro fala os outros aplaudem, os cães ladram e a caravana é assaltada, e quando um não quer dois não roubam, chamam mais gente".<sup>25</sup>

<sup>24</sup> NOBRE, M. "'Sim' ou 'não'". *Folha de S. Paulo*, 10 ago 2010, p. A2.

<sup>25</sup> MOTTA, N. "Admirável Brasil novo". *O Globo*, 23 jul 2010, p. 7.

Sobre o conjunto temático "campanha eleitoral", que, não à toa, também foi destaque nos assuntos levantados – presente em quase 10% dos textos selecionados –, vale notar que há novamente um equilíbrio claro entre os veículos. Foram selecionados 17 textos publicados na *Folha* e 18, em *O Globo*. Aqui, um texto foi classificado como "autonomista"; 17 foram classificados como "críticos, descrentes"; oito foram percebidos somente como "críticos"; e nove como "políticos".

Nesse tema, não há dúvida, a descrença foi um elemento muito forte. A questão toda passa pelo mundo irreal da política, pelo marketing, pelas promessas, pela ausência de debate. A escritora Rosiska Darcy de Oliveira, por exemplo, afirmou em sua coluna: "Repetitiva, banal e vazia é a campanha eleitoral".<sup>26</sup> Um editorial da *Folha* disse categoricamente: "Nada é pra valer. Os programas não existem".<sup>27</sup> Um artigo de Frei Betto concluiu: "Os candidatos, salvo exceções, não têm programas (exceto no papel), mas performance. [O]s marqueteiros têm mais poder sobre os candidatos que os partidos. [Eles] são, hoje, os verdadeiros artífices das candidaturas. Os eleitores, o alvo mercadológico".<sup>28</sup>

"Os programas eleitorais se passam num reino da fantasia", diz um editorial de *O Globo* publicado no mesmo dia do artigo de Frei Betto. "A hora é de sensibilizar o eleitorado com imagens e sons em torno de acenos que talvez não sejam efetivados, tudo a partir da projeção de uma realidade risonha, mas impraticável".<sup>29</sup>

Na *Folha*, duas colunas de Eliane Catanhêde e Fernando de Barros e Silva são bastante representativas. A primeira autora afirmou em sua coluna que "os candidatos com partido e representatividade são engolidos [no programa eleitoral] por falsos palhaços, personagens patéticos, moças inescrupulosas, famosos empurrando parentes, atletas surfando na glória efêmera".<sup>30</sup> Barros e Silva escreveu sobre a política, referindo-se ao palhaço-candidato Tiririca: "Escarnecendo da política para dela se beneficiar, Tiririca é menos uma ameaça individual do que face caricata de um sistema político que se tornou imune aos escândalos em série que fabrica".<sup>31</sup>

---

<sup>26</sup> DE OLIVEIRA, R.D. "Livre terra de livres irmãos", *O Globo*, 18 set 2010, p. 6.

<sup>27</sup> FOLHA DE S. PAULO

<sup>28</sup> BETTO, F. "Mercado eleitoral", *O Globo*, 19 ago 2010, p. 7.

<sup>29</sup> O GLOBO, "O horário eleitoral e seus efeitos especiais", *O Globo*, 19 ago 2010, p. 6.

<sup>30</sup> CATANHÊDE, E. "Circo dos horrores", *Folha de S. Paulo*, 24 ago 2010, p. A2.

<sup>31</sup> BARROS E SILVA, F. de. "Expresso Tiririca", *Folha de S. Paulo*, 24 ago 2010, p. A2.

"Não há mais estadistas na vida política brasileira. Só negociastas, lobistas, delinquentes, transfugas da Justiça, mistificadores, vendilhões de templos e outros da mesma laia",<sup>32</sup> afirmou Jorge Maranhão, da organização A Voz do Cidadão, em sua coluna no *Globo*.

Em artigo, o advogado Helio Saboya Filho reforçou a tendência: "Aos antigos votos de cabresto, ao curral eleitoral e ao coronelismo", afirmou, "somam-se novas e eficazes práticas que aniquilam a mais tênue chance de evolução qualitativa de uma grande parcela do eleitorado". Segundo o autor, "os disfarces do marketing, as técnicas de cooptação via culto a celebridades (o 'voto Caras') ou culto religiosos (o 'voto Cruzes'), aquilo que se convencionou rotular de 'transferência de voto' baseado no prestígio alheio, anabolizado por coligações de ocasião e alavancado por distribuição de bolsas, assim como a fórmula maçante do horário eleitoral gratuito, reduzem para os poucos esclarecidos e inviabilizam para os nada esclarecidos a possibilidade de identificarem o candidato que melhor reúna condições de 'promover o bem comum' e, mais do que isso, o que seja bem comum".<sup>33</sup>

De modo semelhante, um editorial da *Folha* criticou o esvaziamento do debate político. "De encontros folclóricos a ritual engessado, discussões entre candidatos perderam autenticidade e se tornaram extensão da propaganda". Para concluir: "Predomina, nesses encontros e na política como um todo, uma visão de governo que se reduz ao ângulo gerencial".<sup>34</sup>

De fato, a discussão aponta para a principal constatação deste trabalho: de que é notória a presença de uma perspectiva absolutamente descrente na política no material analisado. Tal conclusão se constitui não somente da forte presença dos temas econômicos na agenda, que coloca em posição subalterna outras questões tidas como importantes como educação, saúde e segurança, por exemplo, como também da ampla incidência de enquadramentos apolíticos no debate em geral.

Quase que parafraseando Hannah Arendt, a voz de Luiz Fernando Veríssimo aparece praticamente solitária: "Os candidatos inacreditáveis que infestam os horários eleitorais com suas promessas malucas (...) são na verdade guardiões da democracia possível. Sua existência garante que estamos salvos de qualquer pretensão ciceroniana a governos de iluminados".<sup>35</sup>

---

<sup>32</sup> MARANHÃO, J. "Faltam estadistas", *O Globo*, 2 set 2010, p. 7.

<sup>33</sup> SABOYA FILHO, H. "O voto doente", *O Globo*, 12 set 2010, p. 7.

<sup>34</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, "Debate sem debate", *Folha de S. Paulo*, 12 set 2010, p. A2.

<sup>35</sup> VERÍSSIMO, L.F. "A alternativa", *O Globo*, 22 ago 2010, p. 7.

## Referências

- ARENDDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- CAREY, James. **Communication as Culture: Essays on Media and Society**. Nova York: Routledge, [1989] 2009.
- CALLAGHAN, Karen & SCHNELL, Frauke. "Assessing the Democratic Debate: How the News Media Frame Elite Policy Discourse", in *Political Communication*, vol. 18, 2001, p. 183-212.
- ENTMAN, Robert. "Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm", in *Journal of Communication*, Vol. 43, N. 4, 1993, 51-58.
- FRANÇA, Vera R. Veiga. "Representações, mediações e práticas comunicativas", in PEREIRA, M., GOMES, R.C. e FIGUEIREDO, V.L. de. **Comunicação, representação e práticas sociais**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2004, p. 13-26.
- GAMSON, William A. & MODIGLIANI, Andre. "Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: A Constructionist Approach", in *American Journal of Sociology*, Vol. 95, N. 1, July 1989, p. 1-37.
- ITUASSU, Arthur. "1989: O significado da internacionalização brasileira e o fim da Guerra Fria no Brasil – uma análise de representações midiáticas". Texto apresentado ao Grupo de Trabalho "Comunicação e Política", do XVIII Encontro da Compós, na PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, em junho de 2010.
- JENSEN, K.B. & JANKOWSKI, N.W (eds.). **A Handbook of Qualitative Methodologies For Mass Communication Research**. Nova York: Routledge, 1995.
- KELLNER, D. **Media Culture: Cultural Studies, Identity and Politics Between the Modern and the Post-modern**. Nova York, Routledge, 2002.
- MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MIGUEL, L. Felipe & BIROLI, Flávia. "Gênero e política no jornalismo brasileiro". Texto apresentado ao Grupo de Trabalho "Comunicação e Política", do XVII Encontro da Compós, na UNIP, São Paulo, SP, em junho de 2008.
- MIGUEL, L. Felipe & BIROLI, Flávia. **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010.
- SCHEUFELE, Dietram A. "Framing as a Theory of Media Effects", in *Journal of Communication*, Winter, 1999, p. 103-122.
- SMITH, S.; BOOTH, K & ZALEWSKI, M. **International Theory: Positivism and Beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- THWAITES, T.; DAVIS, L. & MULES, W. **Introducing Cultural and Media Studies**. Nova York, Palgrave, 2002.
- VAN GORP, Baldwin. "The Constructionist Approach to Framing: Bringing Culture Back In", in *Journal of Communication*, vol. 57, 2007, p. 60-78.
- VREESE, Claes H. de. "News Framing: Theory and Typology", *Information Design Journal + Document Design*, Vol. 13, N. 1, 2005, p. 51-62.
- WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.